

Ciências da Saúde: Da Teoria à Prática 11

Benedito Rodrigues da Silva Neto
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Benedito Rodrigues da Silva Neto
(Organizador)

Ciências da Saúde: Da Teoria à Prática 11

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	Ciências da saúde [recurso eletrônico] : da teoria à prática 11 / Organizador Benedito Rodrigues da Silva Neto. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ciências da Saúde. Da Teoria à Prática; v. 11) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-403-0 DOI 10.22533/at.ed.030191306 1. Saúde – Aspectos sociais. 2. Saúde – Políticas públicas. 3. Saúde – Pesquisa – Brasil. I. Silva Neto, Benedito Rodrigues da. II.Série. CDD 362.10981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A multidisciplinaridade intrínseca nesta coleção é algo que temos discutido a cinco anos no centro oeste do país através do evento científico denominado CoNMSaúde. Sabemos que a saúde necessita urgentemente de rever alguns conceitos quanto à colaboração efetiva de todos os seus profissionais, e exatamente por isso temos buscado a cada ano reunir mais de doze áreas da saúde para debater ciência e dialogar juntos sobre os avanços da saúde em todos os seus aspectos. Vários pontos temos levantado a cada ano, todavia tem sido muito claro e notória a importância da orientação do acadêmico quanto à necessidade de trabalhar e cooperar com as áreas da saúde afins ao seu curso.

Assim a coleção “Ciências da Saúde: da teoria à prática” abordou de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, pesquisas, relatos de casos, revisões e inferências sobre esse amplo e vasto contexto do conhecimento relativo à saúde. Além disso, todo o conteúdo reuniu atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas em diversas regiões do país, que analisam a saúde em diversos dos seus aspectos, percorrendo o caminho que parte do conhecimento bibliográfico e alcança o conhecimento empírico e prático.

O último volume é um fechamento proposital com trabalhos em contextos diferentes da saúde que em determinados aspectos se relacionam e favorecem ao leitor indagações e reflexões quanto ao trabalho inter e multidisciplinar.

Com o dever cumprido finalizamos esta obra apresentando um panorama teórico e prático, propiciando um novo patamar para novas obras e publicações. Destacamos a fundamental importância uma estrutura como a Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem seus resultados. Nosso profundo desejo é que este contexto possa ser transformado a cada dia, e o trabalho aqui presente pode ser um agente transformador por gerar conhecimento em uma área fundamental do desenvolvimento como a saúde.

Benedito Rodrigues da Silva Neto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DIGNIDADE DA MORTE: O CUIDADO PALIATIVO COMO DIREITO FUNDAMENTAL	
Bruna Rafaeli Oliveira Mariza Schuster Bueno Sabrina Zimkovicz	
DOI 10.22533/at.ed.0301913061	
CAPÍTULO 2	17
A ETNOMUSICOLOGIA APLICADA A PESQUISAS EM SAÚDE COLETIVA	
Aline Veras Moraes Brilhante Ana Maria Fontenelle Catrib Elaine Saraiva Feitosa Epaminondas Carvalho Feitosa	
DOI 10.22533/at.ed.0301913062	
CAPÍTULO 3	30
A MÚSICA COMO FORMA DE EXPRESSÃO DA REALIDADE DE ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL	
Andrea Ruzzi Pereira Mariana Melo Parreira Larissa Nascimento Marques	
DOI 10.22533/at.ed.0301913063	
CAPÍTULO 4	39
A PESQUISA-AÇÃO COMO CAMINHO PROMISSOR PARA INTERVIR FRENTE À VIOLÊNCIA ESCOLAR	
Leilane Lacerda Anunciação Sinara de Lima Souza Maria Geralda Gomes Aguiar (<i>in memoriam</i>) Rosely Cabral de Carvalho Aldalice Braitt Lima Alves	
DOI 10.22533/at.ed.0301913064	
CAPÍTULO 5	54
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM PARA TREINAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	
Paulo Roberto Anastacio Fábio De Sordi Junior Emiliana Cristina Melo	
DOI 10.22533/at.ed.0301913065	
CAPÍTULO 6	66
ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE O LETRAMENTO EM SAÚDE E A ADEÇÃO FARMACOTERAPÊUTICA EM USUÁRIOS NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA DE SOBRAL - CE	
Ingrid Freire Silva Ana Cecília Silveira Lins Sucupira	
DOI 10.22533/at.ed.0301913066	

CAPÍTULO 7 79

ANÁLISE DA INCORPORAÇÃO DO TRASTUZUMABE NO ELENCO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Rosali Maria Ferreira da Silva
Melina Maria Soares Freitas
Jean Batista de Sá
Pollyne Amorim Silva
Williana Tôres Vilela
Maria Joanellys dos Santos Lima
Stéfani Ferreira de Oliveira
Aline Silva Ferreira
José de Arimatea Rocha Filho
Pedro José Rolim Neto

DOI 10.22533/at.ed.0301913067

CAPÍTULO 8 90

ANÁLISE DOS INCIDENTES NOTIFICADOS AO NOTIVISA NO ESTADO DO MARANHÃO NO PERÍODO DE 2014 A 2017

Giovanna Nunes Belo Mendes
Francisco Airton Veras de Araújo Júnior

DOI 10.22533/at.ed.0301913068

CAPÍTULO 9 99

APROXIMAÇÕES ENTRE FENOMENOLOGIA E O MÉTODO DA CARTOGRAFIA EM PESQUISA QUALITATIVA

Severino Ramos lima de Souza
Ana Lúcia Francisco

DOI 10.22533/at.ed.0301913069

CAPÍTULO 10 112

AS VIVÊNCIAS DE LAZER DE ESTUDANTES INDÍGENAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Angela Ribeiro
Gabriela Machado Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.03019130610

CAPÍTULO 11 123

BUSINESS INTELLIGENCE NO CAMPO DA SAÚDE PÚBLICA: SOLUÇÕES INOVADORAS PARA A TOMADA DE DECISÃO

Caroline Dias Ferreira
Rômulo Cristovão de Souza
Rodrigo Gomes Barreira

DOI 10.22533/at.ed.03019130611

CAPÍTULO 12 130

CARACTERIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS MANIPULADORES DE ALIMENTOS DO COMÉRCIO AMBULANTE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

Carla Cristina Bauermann Brasil
Juliane Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.03019130612

CAPÍTULO 13 143

COMUNIDADE AQUÁTICA: INTERAÇÃO, EXTENSÃO E APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

Angela Rodrigues Luiz
Pamylla Cristina Gonçalves Rodrigues
Norton França Souza Moraes
Pabline Lima de Souza Silva
Luana da Silva Santiago

DOI 10.22533/at.ed.03019130613

CAPÍTULO 14 147

CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL: CONHECENDO A REDE DE SUPORTE FAMILIAR

Mayara Caroline Barbieri
Gabriela Van Der Zwaan Broekman
Regina Aparecida Garcia de Lima
Giselle Dupas

DOI 10.22533/at.ed.03019130614

CAPÍTULO 15 157

DIA MUNDIAL DA ORIENTAÇÃO / *WORLD ORIENTEERING DAY* – OFICINA DE DIVULGAÇÃO DO ESPORTE DE ORIENTAÇÃO NA UFG / REGIONAL CATALÃO

Cibele Tunussi
Carlos Henrique de Oliveira Severino Peters
Valteir Divino da Silva
Alvim José Pereira

DOI 10.22533/at.ed.03019130615

CAPÍTULO 16 164

ECOLOGIA DO TRABALHO DE PESCADORES ARTESANAIS DO MUNICÍPIO DA RAPOSA, MARANHÃO, BRASIL

Maria do Socorro Saraiva Pinheiro
José Manuel Peixoto Caldas

DOI 10.22533/at.ed.03019130616

CAPÍTULO 17 172

ENVELHECER COM QUALIDADE E PARTICIPAÇÃO: EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE

Priscila Maitara Avelino Ribeiro
Marta Regina Farinelli
Rosane Aparecida de Sousa Martins

DOI 10.22533/at.ed.03019130617

CAPÍTULO 18 181

FITOTERAPIA RACIONAL: ASPECTOS TAXONÔMICOS, AGROECOLÓGICOS, ETNOBOTÂNICOS E TERAPÊUTICOS - ANO 2017

Angela Erna Rossato
Sílvia Dal Bó
Roberto Recart dos Santos
Keli Alves Mengue
Fernando Oriques Pereira
Maria Eduarda Alves Ferreira
Vanilde Citadini-Zanette

DOI 10.22533/at.ed.03019130618

CAPÍTULO 19	202
GRUPO MOVEER: PROJETO DE DANÇA PARA INDIVÍDUOS COM PARALISIA CEREBRAL	
Caren Luciane Bernardi	
Bruna Ledur	
Maria Laura Schiefelbein	
Caroline Santos Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.03019130619	
CAPÍTULO 20	207
IDENTIDADE PROFISSIONAL E A PRÁTICA COLABORATIVA EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA	
Elaine Amado	
Rosana Quintela Brandão Vilela	
Maria da Piedade Gomes de Souza Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.03019130620	
CAPÍTULO 21	215
INSERÇÃO DE PROFISSIONAIS NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM SAÚDE DA FAMÍLIA	
Emir Dirlan Lima de Oliveira	
Cristiane Ferreira dos Santos	
Camile Dalla Corte de Araújo	
Márcia Yane Girolometto Ribeiro	
Catheline Rubim Brandolt	
Dyan Jamilles Brum Maia	
DOI 10.22533/at.ed.03019130621	
CAPÍTULO 22	219
LIGA ACADÊMICA DE NEFROLOGIA: CINCO ANOS DE EXPERIÊNCIA EM EXTENSÃO	
Gilberto Baroni	
Eduardo de Souza Tolentino	
DOI 10.22533/at.ed.03019130622	
CAPÍTULO 23	225
NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA E AS MUDANÇAS NA ATENÇÃO À SAÚDE NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	
Alexia Nascimento Matos de Freitas	
Gizelly Braga Pires	
DOI 10.22533/at.ed.03019130623	
CAPÍTULO 24	235
NOVA REPRESENTAÇÃO DA CADEIA DE VALOR EM UMA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	
Maria Benedita Mendes Costa	
Ana Claudia Mendes	
Priscila Fernanda Chaves Morais Boato	
Francisco Antonio Tavares Junior	
Leonardo de Abreu Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.03019130624	

CAPÍTULO 25	241
O BRINCAR E A REALIDADE NO CONTEXTO DA CLÍNICA INFANTIL DE ORIENTAÇÃO ANALÍTICA: UM ESTUDO DE CASO	
Janaína Schultz Jerto Cardoso da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.03019130625	
CAPÍTULO 26	256
O JORNAL COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DE SAÚDE E PROTAGONISMO DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA	
Amanda Fernanda Damasceno Saraiva de Sousa Lóren-Lis Araújo Letícia Rebeca Soares Melo Railan Bruno Pereira da Silva Pedro Wilson Ramos da Conceição	
DOI 10.22533/at.ed.03019130626	
CAPÍTULO 27	268
O MODO DE PRODUIR CUIDADO PELOS TRABALHADORES COMO DIMENSÃO DE ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO BRASIL	
Erica Menezes Magda Scherer Marta Verdi Ana Paula Marques	
DOI 10.22533/at.ed.03019130627	
CAPÍTULO 28	275
PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DE UM CURSO DE MEDICINA SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Rafaela Tenório Passos Francisco José Passos Soares	
DOI 10.22533/at.ed.03019130628	
CAPÍTULO 29	287
PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI-PI	
Antonio Evanildo Bandeira de Oliveira Bruna Daniella de Sousa de Lima Maria de Jesus Trindade da Silva Evaldo Sales Leal	
DOI 10.22533/at.ed.03019130629	
CAPÍTULO 30	298
PERDA AMBÍGUA: O LUTO INCERTO	
Winthney Paula Souza Oliveira Silvina Rodrigues de Oliveira Pedro Wilson Ramos da Conceição Mônica dos Santos de Oliveira Jardell Saldanha de Amorim Francisca Tatiana Dourado Gonçalves Rudson Vale Costa Evando Machado Costa Amanda Fernanda Damasceno Saraiva de Sousa Eliane Vanderlei da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.03019130630	

CAPÍTULO 31 307

PET-SAÚDE: O IMPACTO DO PROGRAMA NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL MÉDICO

Narjara Fontes Xavier
Julius Caesar Mendes Soares Monteiro
Cezar Augusto Muniz Caldas
Carla Andrea Avelar Pires

DOI 10.22533/at.ed.03019130631

CAPÍTULO 32 317

PET-SAÚDE/GRADUASUS: CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM FISIOTERAPIA

Natanny Caetano da Silva
Tamine Vitória Pereira Moraes
Leandra Aparecida Leal
Daisy de Araújo Vilela
Patrícia Leão Da Silva Agostinho
Ana Lúcia Rezende Souza
Thaís Rocha Assis

DOI 10.22533/at.ed.03019130632

CAPÍTULO 33 324

POLÍTICAS DE INCENTIVO AO PARTO NORMAL: NÚMEROS DE UM HOSPITAL ESCOLA

Laryssa de Col Dalazoana Baier
Ana Paula Xavier Ravelli
Suellen Vienscoski
Regiane Hoedtke
Pollyanna Kássia de Oliveira Borges

DOI 10.22533/at.ed.03019130633

CAPÍTULO 34 334

PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR NO MANEJO DE UM CASO CLÍNICO COMPLEXO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Kezia Cristina Batista dos Santos
Tamires Barradas Cavalcante
Gabriela Sellen Campos Ribeiro
Adrielly Haiany Coimbra Feitosa
Mirtes Valéria Sarmiento Paiva
Rita da Graça Carvalhal Frazão Corrêa

DOI 10.22533/at.ed.03019130634

CAPÍTULO 35 342

REFLEXÃO ACERCA DOS DIREITOS DO PACIENTE COM ESTOMIA INTESTINAL DE ELIMINAÇÃO NO CONTEXTO DO SUS

Francisco João de Carvalho Neto
Maria Mileny Alves da Silva
Renata Kelly dos Santos e Silva
Gabriela Araújo Rocha
David de Sousa Carvalho
Ana Karoline Lima de Oliveira
Denival Nascimento Vieira Júnior
Maria da Glória Sobreiro Ramos
João Matheus Ferreira do Nascimento
Zeila Ribeiro Braz
Camila Karennine Leal Nascimento
Maria Luziene de Sousa Gomes
Sarah Nilkece Mesquita Araújo Nogueira Bastos

DOI 10.22533/at.ed.03019130635

CAPÍTULO 36 364

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA: DIFICULDADE DA EQUIPE DE SAÚDE FRENTE ÀS EMERGÊNCIAS OBSTÉTRICAS

Amanda Ribeiro Figueiredo
Ingrid Karollyne Vilar Ferreira
Alberiza Veras de Albuquerque
Bruna Teles dos Santos Motta
Silvio Conceição Silva
Marilene Dos Santos Farias
Iago Colaço de Souza
Jennifer Oliveira de Araújo
Jamile Cavalcante da Silva
Ítalo Colaço de Souza
Aleksandra Pereira Costa

DOI 10.22533/at.ed.03019130636

CAPÍTULO 37 380

SERVIÇOS DE SAÚDE E A INCLUSÃO MASCULINA: VIVÊNCIAS DOS PAIS DE CRIANÇAS COM MALFORMAÇÃO FETAL NO SERVIÇO DE PRÉ-NATAL

Géssica Martins Mororó
Aline de Carvalho Martins

DOI 10.22533/at.ed.03019130637

CAPÍTULO 38 385

SISTEMA AGROFLORESTAL EM UNIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU, PA: ESTUDO DE CASO

Thaise Cristina Dos Santos Padilha
Edilaine Borges Dias
Lyssa Martins de Souza
Walmer Bruno Rocha Martins
Paula Cristiane Trindade

DOI 10.22533/at.ed.03019130638

CAPÍTULO 39 385

SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA ASSOCIADO AO *BULLYING*

Aline Sharlon Maciel Batista Ramos
Laurinete Lopes Ferreira Torres
Rafael Mondego Fontenele
Hariane Freitas Rocha Almeida
Cianna Nunes Rodrigues
Francisca Maria Ferreira Noronha
Isabela Bastos Jácome De Souza
Débora Luana Ribeiro Pessoa

DOI 10.22533/at.ed.03019130639

CAPÍTULO 40 395

VULNERABILIDADE DE CAMPO MOURÃO - PR AOS EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS EM ANOS DE EL NIÑO, LA NIÑA OSCILAÇÃO SUL

Danieli De Fatima Ramos
Katiúscia Naiara Ariozi Lima
Victor Da Assunção Borsato

DOI 10.22533/at.ed.03019130640

CAPÍTULO 41 405

ACOLHIMENTO EM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO-JUVENIL: A PERCEPÇÃO DOS FAMILIARES

Sinara de Lima Souza
Paulo Amaro dos Santos Neto
Catarina Luiza Garrido de Andrade Macedo
Amanda de Souza Rios
Lais Queiroz Oliveira Marques
Rosely Cabral de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.03019130641

CAPÍTULO 42 419

PRINCIPAIS MICOSES SUPERFICIAIS E SEUS RESPECTIVOS AGENTES ETIOLÓGICOS PRESENTES NO BRASIL

Amanda Torres Nunes
Isabele Castro de Aguiar
Mayara Carvalho Ramos
Antonio Francisco Ferreira da Silva Júnior

DOI 10.22533/at.ed.03019130642

CAPÍTULO 43 424

CARACTERIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA PRESTADA PELO ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA NA ATENÇÃO DOMICILIAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Elizama Costa dos Santos Sousa
Graziele de Sousa Costa
Samantha Vieira da Silva
Valder Oliveira Sabóia Neto
Julianna Thamires da Conceição
Samuel Oliveira da Vera
Renata da Rocha Albuquerque

DOI 10.22533/at.ed.03019130643

CAPÍTULO 44 435

HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS POLICÍCLICOS NOS ALIMENTOS E SEU EFEITO TÓXICO: UMA REVISÃO

Bewlthiane Maria dos Santos Carvalho
Antônio Jason Gonçalves da Costa
Fernanda Maria de Carvalho Ribeiro
Bárbara Karoline Rêgo Beserra Alves
Leandra Caline dos Santos
Francisca Camila Batista Lima
Carlos Eduardo Pires da Silva
Leyla Lumara Cabral Soares Pimentel
Priscila da Silva
Tamires Claudete dos Santos Pereira
Tamires Amaro Rodrigues
Stella Regina Arcanjo Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.03019130644

SOBRE O ORGANIZADOR..... 446

PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DE UM CURSO DE MEDICINA SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Rafaela Tenório Passos

Universidade Federal de Alagoas

Maceió / Alagoas

Francisco José Passos Soares

Universidade Federal de Alagoas

Maceió/ Alagoas

proposta emancipatória, mas a universidade é influenciada pelo SINAES.

PALAVRAS –CHAVE: Avaliação; Avaliação educacional; Educação médica.

PERCEPTION OF MEDICINE TEACHERS ON STUDENT ASSESSMENT

RESUMO: Esse estudo objetivou compreender os diferentes modos de percepção dos docentes sobre o processo de avaliação da aprendizagem em uma Faculdade de Medicina. Foi utilizada a abordagem qualitativa, com o método fenomenográfico. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas, com perguntas abertas, e análise segundo os critérios fenomenográficos. A análise resultou em três categorias diferentes de avaliação: I- classificatória, II- com objetivos, III- diagnóstica. Estas variaram entre si em torno de cinco dimensões: tempo, justiça, subjetividade, relação interpessoal e feedback. A maioria dos docentes repete o modelo pedagógico com o qual foi educado, classificador ou criterial, sem questionamento, naturalizando processos sócio-históricos como destino. Aqueles que tentam escapar desse modelo sofrem a angústia gerada pela avaliação inadequada; pela contradição interna entre o que sabem fazer e o que deveriam fazer; pelo conflito externo, vez que a faculdade traz uma

ABSTRACT: This study aimed to understand the different ways that teachers perceive the evaluation of learning assessment process in a Medicine College. This was a phenomenographic qualitative research method. The analysis resulted in three descriptive categories: I- Qualifying assessment, II- Assessment with objectives, III- Diagnostic. These ways vary from one another in five dimensions: time, justice, subjectivity, interpersonal relationships and feedback. It was possible to infer that the majority of the interviewed teachers repeats the pedagogical model with which they were educated, classifier or criterial, without questioning, making some social-historic processes natural, as fate. Those who try to escape this model suffer the anguish generated by inadequate assessment; the internal contradiction between what they know how to do and what they should do; by external conflict between their college educational emancipatory program, and the influence of the National

1 | INTRODUÇÃO

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, (Brasil, 1996) o processo de avaliação deve ter como objetivo detectar problemas, servir como diagnóstico da realidade em função da qualidade que se deseja atingir. Não é definitivo, nem rotulador, não visa a estagnar, mas superar as deficiências. Com a proposta de tornar a avaliação um instrumento de política educacional voltado para defesa da qualidade, da participação e da ética na Educação Superior, o governo instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constituído como um sistema misto, parte regulatório (avaliação externa e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE) e parte emancipatório (auto-avaliação e avaliação pelos pares (Brasil, 2004).

Infelizmente, em 2010, ocorreram modificações, e a lei passou a atender prioritariamente à regulação e controle. A proposta formativa e emancipatória foi esquecida ao longo dos anos.

O que está disposto na LDB é utilizado como referência para as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em medicina (Brasil, 2001; Borges, Miranda, Santana & Bollela, 2014), que orientam que a avaliação da aprendizagem baseie-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidos; assim como, para o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da Faculdade de Medicina (FAMED) da Universidade Federal de Alagoas/ UFAL (2013).

Sabe-se que a educação não é neutra, sofre forte influência política, que define os objetivos educacionais baseados na lógica de mercado produtivista e capitalista.

Na atualidade, a preocupação maior em formar indivíduos com consciência crítica e poder de autonomia não supera as pressões políticas para formar e educar para as necessidades do trabalho.

Nessa perspectiva, as práticas avaliativas representam estratégias de controle para garantir uma formação profissional adequada ao trabalho. A ênfase está na mensuração de comportamentos e atitudes que devem atender a objetivos pré-definidos, crescendo assim a perspectiva punitiva e classificatória da avaliação.

No âmbito da FAMED/UFAL, a avaliação tem sido alvo de críticas internas desde a implementação do novo currículo, e há um descontentamento docente-discente em relação a esse elemento pedagógico.

Em virtude do exposto, esse estudo teve como objetivo central trazer uma compreensão mais ampliada sobre o fenômeno da avaliação da aprendizagem no curso de medicina da UFAL sob a perspectiva dos docentes.

2 | METODOLOGIA

Para desenvolvimento da pesquisa, optou-se pelo método qualitativo, de caráter exploratório, utilizando como estratégia de investigação a fenomenografia. O objetivo da fenomenografia é investigar a experiência do sujeito/grupo com relação ao fenômeno.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Ética e Pesquisa (CEP) na plataforma Brasil em 10/06/2014, CAAE: 30768114.0.0000.5013. Número do Parecer: 682.441

Os sujeitos foram 16 docentes da FAMED/UFAL, selecionados através de sorteio aleatório. A coleta de dados ocorreu através de entrevistas, utilizando-se questionários semi-estruturados compostos por seis perguntas abertas (Stenfors-Hayes, Hult & Dahlgren, 2013).

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. O principal foco da análise em estudos fenomenográficos é a transcrição das entrevistas. “O conjunto de transcrições como um todo representa uma foto das formas de vivenciar o fenômeno por um grupo particular de pessoas em um momento particular e em resposta a uma situação específica” (Lopes, 2012, p. 108).

Em nosso estudo, as entrevistas foram transcritas por um único pesquisador e, em seguida, submetidas a leituras isoladas e aos pares pela pesquisadora e pelo orientador.

O primeiro foco da leitura foi voltado ao indivíduo, buscando as variações de percepção, e o segundo foco ao grupo, determinando-se as similaridades e diferenças, estabelecendo-se assim as categorias de descrição e as dimensões de variação.

Para discussão dos dados, embasamo-nos nos fundamentos teóricos da pedagogia crítica.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse estudo foram identificadas três *categorias de descrição*, maneiras qualitativamente diferentes de retratar a experiência do processo de avaliação da aprendizagem pelos docentes, e cinco *dimensões de variação*, que indicam como as categorias estão relacionadas (semelhanças e diferenças). As categorias relacionam-se hierarquicamente de acordo com a complexidade de compreensão sobre o tema.

Categoria I – Avaliação classificatória, como medida ou julgamento

A primeira categoria revela uma percepção bastante tradicional do avaliar, marcada pela valorização de aspectos cognitivos com sobrecarga de conteúdos teóricos. Nela, encontram-se representados a maioria dos docentes entrevistados, grande parte com mais de 20 anos de formado e de docência.

“[...] avaliar eu acho que é medir conhecimento, penso, no final, no frigar dos ovos vai ser isso [...]”. (S.06)

“[...] bem avaliar é você dar o conteúdo [...]”. (S.11)

Essa definição de avaliação encontra suas raízes no primeiro período histórico da avaliação, conhecido como pré-Tyler, ocorrido entre os últimos anos do século XIX e as primeiras três décadas do século XX. Nesse período, a avaliação é entendida como medida, inserida no paradigma positivista, e centrada nas diferenças individuais. Logo, é praticada de maneira técnica, visando apenas a quantificação da aprendizagem dos alunos, através de números ou representações, estabelecendo padrões de classificação. “Tratava-se, então, basicamente de avaliação da aprendizagem, mediante os procedimentos convencionais de testes, provas e exames, aplicados aos alunos para medir rendimento, sem ainda preocupação com dimensões mais amplas do processo ensino-aprendizagem” (Dias-Sobrinho, 2003, p. 18).

A avaliação puramente quantitativa, como medida, não apresenta espaço no campo educacional moderno. Esse paradigma positivista, de abordagem tradicionalista, precisa ser superado por docentes e discentes, em busca de uma avaliação conectada com o mundo atual e suas necessidades.

Em relação às formas de avaliação adotadas pelos docentes, predominam as provas teóricas e práticas, elaboradas sem rigor metodológico e sem seguir critérios e objetivos de aprendizagem. O objetivo é quantificar o desempenho dos discentes, sendo assim, o ato avaliativo se encerra com as provas.

“[...] a normatização da Universidade é fazer uma prova, e de uns tempos para cá, a gente faz uma prova escrita e uma prova prática [...]”. (S.08).

“[...] eu dou a parte teórica em sala de aula e avalio com casos clínicos, e antes da verificação da aprendizagem, da avaliação em si da nota, geralmente quando o assunto permite, eu monto uma aula só de casos clínicos [...]”. (S.11)

“[...] eu avalio com a prova teórica que é a mesma que eu fiz há 500 anos e provavelmente ainda é a maneira assim que a gente tem de avaliar [...]”. (S.12)

As provas teóricas são utilizadas por muitos como ferramentas de controle e poder sobre os discentes, revelando a face autoritária do ato pedagógico docente.

“[...] a avaliação teórica ela me ajuda a forçar os estudantes a estudar, eles estudam muito menos quando a gente vai só para aquelas coisas práticas [...]”. (S.10)

Sobre as relações de poder expressas através das avaliações, Afonso (2009) relata que “as avaliações são simplesmente instrumentos disciplinadores a que os professores recorrem para impor aos estudantes os valores e os comportamentos que eles idealizaram como adequados” (p. 22).

Já nas avaliações práticas, o que predomina é a falta de planejamento, de critérios de avaliação; o que torna o processo falho e fortemente influenciado pelo subjetivismo docente.

“[...] a gente faz uma avaliação mais pela participação, eu pretendo implantar a metodologia estilo mini-ciex [...]”. (S.10)

Luckesi (1978) argumenta,

Critérios são padrões de expectativa com os quais comparamos a realidade descrita no processo metodológico da prática da avaliação. Os critérios para o exercício da avaliação são definidos praticamente no seu planejamento, no qual se configuram os resultados que serão buscados com o investimento na sua execução (p. 411).

Os critérios de avaliação devem ser construídos pela equipe pedagógica (gestor-docente-discente), levando em consideração o projeto político pedagógico do curso e os objetivos de aprendizagem. A construção dialógica e o uso transparente dos critérios minimizam a influência de concepções e sentimentos docentes no ato avaliativo.

“[...] outro dado que me fornece a avaliação é também a avaliação em relação ao desempenho do professor [...]”. (S.15)

Podemos sumarizar que a categoria I representa docentes que baseiam seu ato pedagógico em uma abordagem tradicional, seguindo o pensamento positivista, influenciada pelo subjetivismo e calcada na prática de exames classificatórios, focados no produto final. Não podemos deixar de pontuar que em alguns discursos observamos tentativas de fuga da abordagem tradicional, porém realizadas sem planejamento.

Categoria II – Avaliação com objetivos

A avaliação baseada em objetivos de aprendizagem, também conhecida como avaliação criterial, surgiu por volta de 1930, durante o segundo período histórico da avaliação. O educador norte americano Tyler (1978) foi um dos responsáveis por difundir o conceito da “avaliação criterial”,

O processo de avaliação consiste, essencialmente, em determinar em que medidas os objetivos educacionais estão sendo alcançados pelo programa do currículo e do ensino e como os objetivos produzem mudanças comportamentais. A avaliação é o processo mediante o qual se determina o grau que essas mudanças de comportamento estão realmente ocorrendo (Tyler, 1978, p. 99).

Essa categoria que representa o modo de vivência da avaliação da aprendizagem baseada em objetivos é composta por discursos de docentes mais jovens e docentes com anos de experiência pedagógica.

“[...] avaliar é reconhecer se você consegue atingir os objetivos de aprendizagem que foram propostos logo no início do trabalho [...]”. (S.13)

A percepção da avaliação nesta categoria está totalmente conectada aos objetivos de aprendizagem e em congruência ao PPC do curso de medicina, que em relação à avaliação da aprendizagem determina que “o processo de avaliação começa com a definição dos objetivos e com a delimitação dos critérios que serão escolhidos para se verificar cada um deles” (Universidade Federal de Alagoas, 2013, p. 204).

Embora os docentes tenham apresentado dificuldade em estabelecer uma relação direta entre a avaliação e o mercado, suas percepções da avaliação revelam essa conexão, uma vez que a busca por objetivos de aprendizagem assemelha-se ao trabalho com metas tão difundido no mundo do trabalho neoliberal. A utilização da linguagem mercantilista na formação médica reflete a influência do mercado de trabalho na educação.

Segundo Afonso (2009), a avaliação criterial é a modalidade de avaliação que dá mais garantias de que são realizadas quer a transmissão quer a aprendizagem das chamadas competências mínimas necessárias ao mundo do trabalho e é também a modalidade que permite um maior controle por parte do Estado.

As diretrizes curriculares nacionais para o ensino médico propõem um ensino baseado nas competências, representadas pelo tripé habilidades-attitudes-conhecimento cognitivo. O Governo traz através das diretrizes o perfil do futuro médico, que as universidades devem formar, colocando as competências mínimas necessárias à uma formação adequada.

“[...] você está aferindo se esse estudante está adquirindo as competências necessárias para que ele entre no mercado de trabalho [...]” (S.07)

Em relação aos métodos avaliativos, a avaliação criterial comporta o uso de provas e testes construídos com rigor técnico e metodológico e que sejam capazes de mensurar o alcance dos objetivos.

“[...] é uma avaliação teórica, de competências cognitivas e tem duas avaliações práticas... uma de habilidade técnicas e outra que é o OSCE [...]” (S.07)

Embora os docentes ainda utilizem predominantemente os métodos avaliativos tradicionais, é possível identificar em seus discursos uma preocupação com a diversificação dos métodos avaliativos. Sabe-se que educandos possuem domínios cognitivos e afetivos diferenciados, e a utilização de metodologias múltiplas de avaliação oferece oportunidade para que todos expressem ao máximo o seu potencial de aprendizagem.

Nas palavras de Epstein (2007),

O uso de múltiplos métodos de avaliação é capaz de superar as limitações dos formatos individuais de avaliação. Variações do contexto clínico permitem visões mais amplas de competências, o uso de múltiplos formatos proporciona uma maior variedade de conteúdo que são avaliados e a entrada de vários observadores fornece informações sobre aspectos distintos do desempenho do estagiário. A avaliação longitudinal evita testes excessivos e serve como base para o acompanhamento contínuo do desenvolvimento profissional (p. 393).

A compreensão da necessidade de uma avaliação processual com acompanhamento, diagnóstico e intervenções ao longo do processo educativo faz parte da experiência do avaliar nessa categoria.

“[...] porque você pode colocar precocemente o aluno diante do paciente e você ao lado ir avaliando e corrigindo [...]” (S.14)

Entretanto é importante destacar que avaliação criterial não é sinônimo de avaliação formativa. Embora ambas exijam a definição prévia de objetivos educacionais, a avaliação formativa engloba outras características que fazem dela uma metodologia de avaliação plural e emancipatória.

“[...] a avaliação formativa é o que a gente chama atualmente de recuperativa, é aquela que você vai corrigindo as falhas durante o caminho, durante o percurso do

aluno até chegar aos objetivos de aprendizagem [...] você vai ter alunos que não vão chegar, mais vão ser poucos [...]" (S.13)

No discurso, a concepção de avaliação criterial é confundida com a avaliação formativa. O docente acredita avaliar de maneira formativa, quando na verdade seu discurso o qualifica como um docente criterial que utiliza prioritariamente métodos de avaliação somativa. Além disso, ao utilizar a expressão linguística recuperativa para avaliação formativa, quando o ideal seria dialógica, o docente expõe sua visão tradicional do ato pedagógico, na qual alguns alunos estão condenados ao fracasso independente das ações promovidas.

Fornecem pontos de referência para orientar o aluno que está se aproximando de um novo conhecimento. Elas podem reforçar a motivação intrínseca do aluno para aprender e inspirá-los a definir para si padrões mais elevados. Já as avaliações somativas são destinadas a fornecer a auto-regulação e responsabilidade profissional, que também pode atuar como uma barreira para a formação ou futura prática profissional (Epstein, 2007, p. 388).

Consideramos, assim, a categoria II como uma percepção criterial da avaliação, mas que conserva em seu núcleo concepções e práticas tradicionais que impedem a evolução para uma avaliação dialógica.

Categoria III – Avaliação diagnóstica

Na categoria III, a experiência da avaliação é retratada como algo de maior complexidade, como um processo que envolve planejamento, objetivos educacionais, pluralidade de metodologias avaliativas, acompanhamento diário das ações e dos alunos, favorecendo assim a construção do conhecimento. Essa prática não é vista como um ato isolado, mas parte integrante da ação pedagógica.

"[...] avaliar é o maior desafio que eu tenho dentre as funções que desempenho na Universidade, para mim, avaliar é você dar condições ao estudante dessa avaliação servir como próprio processo de aprendizagem [...]" (S.09)

Essa concepção da avaliação emergiu de uma necessidade em superar a ideia de que os objetivos são os organizadores da avaliação. Introduzida durante o quarto período histórico da avaliação, chamado de realismo, marcado pelo desenvolvimento de trabalhos práticos que já não seguiam apenas os paradigmas positivistas e quantitativos, mas também enfoques fenomenológicos e qualitativos; a avaliação, nesse momento, desloca o seu centro dos objetivos para a tomada de decisões (Dias-Sobrinho, 2003).

Nesse momento, emergem os conceitos de avaliação formativa e somativa.

Como argumentam Seiffert & Abdala (2004),

Passou-se a compreender, então, que a avaliação deveria ser não somente somativa, isto é, voltada para a análise de resultados terminais que subsidiasse decisões do tipo sim / não, passa, mas também formativa, com o objetivo de permitir ações de intervenção quando um curso estivesse ainda em desenvolvimento [...] a avaliação de uma situação incluía o processo de interpretação do próprio avaliado (p. 172).

Nesse sentido, a avaliação deixa de ser criterial e passa a ser de diagnóstico

e acompanhamento, uma vez que baseada na realidade diagnosticada propõe intervenções no processo de ensino-aprendizagem que favoreçam a construção do resultado final. Para Luckesi (1978):

A avaliação de produto encerra-se com o testemunho a respeito do que foi avaliado; portanto, em termos de investigação, exige somente o diagnóstico. Já a avaliação como acompanhamento de uma ação em processo exige, em primeiro lugar, o diagnóstico e, a seguir, se necessário, a intervenção para correção dos rumos da ação (p. 277).

Outra característica importante dessa concepção de avaliação é a amplitude dos aspectos avaliados pelo docente. O cognitivo deixa de ser o alvo principal do processo avaliativo e passa a dividir espaço com questões de habilidades práticas, aspectos éticos, relacionais e até políticos.

“[...] avaliar para mim é levar em consideração não só as aptidões, qualidades ou as habilidades cognitivas do estudante, mas também questões motoras, de habilidades com o paciente, psicomotoras do estudante e até do ponto de vista de questões afetivas [...]” (S.09)

Segundo Dias-Sobrinho (2003), “A avaliação se torna cada vez mais complexa à medida que considera insuficientes os procedimentos meramente descritivos e reclama a consideração de aspectos humanos, psicossociais, culturais e políticos, onde não há consensos prévios e os entendimentos precisam ser construídos” (p. 27).

Em relação às modalidades de avaliação, observamos a tendência em diversificar os métodos avaliativos, buscando avaliações formativas que forneçam ao docente substrato para avaliar o aluno de maneira ampla.

“[...] em minha avaliação eu utilizo cenários, situações clínicas com objetivos e metas a serem alcançadas, sempre com casos clínicos [...] são avaliações em relação aos domínios psicomotores e afetivos eu sempre busco nas aulas ficar atento com isso para que a nota não seja aquele momento único [...]” (S.09)

Nessa perspectiva Afonso (2009) relata,

Quando os professores praticam a avaliação formativa, a recolha de informação sobre a aprendizagem dos alunos pode ser realizada por uma pluralidade de métodos e técnicas que incluem desde o recurso à memória que o professor guarda das características dos alunos até as mais diversificadas e conhecidas estratégias como a observação livre, a observação sistemática, a auto-avaliação, a entrevista, o trabalho em grupo e outras diferentes formas de interação pedagógica (p. 38).

A FAMED-UFAL instituiu, nos dois primeiros anos do curso, uma estratégia de ensino-aprendizagem derivada do método de Aprendizagem Baseada em Problemas, chamada de caso motivador, com objetivos de aprendizagem pré-definidos, semana a semana, onde diferentemente dos demais setores é a avaliação que mais sofre revisões periódicas sem, no entanto, abandonar a transformação do conceito em nota final. Esta estratégia é considerada como o parâmetro formativo do curso em relação às demais estratégias de ensino-aprendizagem.

“[...] o processo tutorial a gente tem uma ferramenta que a gente usa para avaliar esse processo de aprendizagem em que consiste não só a questão cognitiva, mas

também as questões éticas [...] agora na preceptoria do internato a gente ainda tem algumas limitações, porque não tem uma ferramenta nem para direcionar [...]" (S. 03)

Em síntese, essa categoria representa docentes que reconhecem a importância da avaliação como parte do processo pedagógico, buscam praticá-la baseados na teoria da avaliação formativa, porém demonstrando ainda dificuldades em apropriar-se de novos conceitos e atitudes que favoreçam a relação dialógica e uma formação libertadora.

É provável que o posicionamento das IES, no caso a UFAL, e consequentemente de seus docentes, seja um reflexo claro das últimas mudanças na Lei que regulamenta o SINAES, onde o componente regulador e controlador da avaliação tem ganhado forças, enquanto a proposta formativa e emancipatória se enfraquece, tornando difícil o envolvimento dos docentes com o processo de mudança e com o investimento na auto-avaliação do discente.

3.1 Dimensões de variação

Tempo

Nas categorias I e II, o tempo surgiu como uma variável importante na definição da avaliação ideal, caracterizada pelos docentes como uma avaliação contínua, processual, onde se acompanhe o aluno ao longo do percurso pedagógico, detectando possíveis falhas e corrigindo-as para que ao final o resultado seja positivo.

"[...] na minha opinião, assim, o que deveria ser é ter mais tempo para fazer uma avaliação contínua, porque você vai detectar quais são as deficiências daquele aluno[...]"(S.01)

Justiça

Nos discursos de todas as categorias, a justiça surge com uma conotação ética. Na categoria I, há uma relação direta entre a sensação de *injustiça* e a prática avaliativa tradicional, sem planejamento, objetivos de aprendizagem e feedback. Eticamente, o educador assume perante à instituição, à sociedade, o compromisso com a aprendizagem e desenvolvimento do educando. Ao reconhecer a falha no processo avaliativo, ele se depara com o fracasso ético da ação pedagógica (Luckesi, 1978).

Nas categorias II e III, a justiça surge com valor ético e norteador da prática avaliativa. A categoria II traz uma compreensão ética vinculada ao cumprimento dos objetivos de aprendizagem. Já a categoria III amplia essa compreensão, trazendo a preocupação com o uso de instrumentos adequados, com a visão holística do discente e com a prática do feedback.

Subjetividade

Na categoria I, a subjetividade aparece como um obstáculo à adequada prática avaliativa, revelando a ausência de planejamento pedagógico, a falta de critérios de avaliação, e a consequente dificuldade em avaliar desse grupo de docentes.

O ato avaliativo executado de maneira desorganizada e não relacional atua como elemento promotor de angústia.

“[...] cada um avaliava e não era uma coisa uniforme [...] então era uma das coisas que mais me angustiava e vim fazer o mestrado para ver uma maneira de ser mais justa, não ser uma coisa subjetiva [...]” (S.01)

Na categoria III, a subjetividade aparece como um percalço superado através da definição de critérios, do planejamento conjunto, da prática formativa da avaliação.

“[...] não é uma avaliação feita de maneira subjetiva, tem critérios de avaliação que a gente tenta uniformizar entre os tutores [...]” (S.02)

Ao compreender o processo avaliativo como parte integrante da ação pedagógica e como ato emancipatório, o docente consegue superar a angústia da subjetividade, trabalhando baseado na relação dialógica, onde a troca de conhecimentos e a negociação surgem como elementos chave à educação democrática.

Relação Interpessoal

Em todas as categorias é possível identificar a ausência de relações sociais entre os docentes quando se trata de discutir avaliação. Não existe espaço dialógico sobre o tema em questão e dessa forma não se estabelecem padrões avaliativos uniformes entre docentes que integram uma mesma disciplina. A postura individualista dos docentes gera angústia e dificuldade diante do ato de avaliar.

Feedback

A dimensão de variação feedback demonstra uma relação direta com as metodologias avaliativas adotadas pelos docente. Na categoria I, onde predominam as práticas somativas, o feedback não é reconhecido como componente do processo de avaliação, aparecendo em alguns discursos de maneira frágil, pontual e sem fundamentação teórica que fomente sua prática.

Na categoria II, cuja prática pedagógica é fundamentada nos objetivos de aprendizagem, o feedback surge como parte integrante de metodologias avaliativas formativas e estruturadas que conceitualmente exigem o feedback, como por exemplo o OSCE, os portfólios, questionários eletrônicos.

4 | CONCLUSÕES

Esse estudo nos permitiu verificar três perfis distintos de avaliadores no curso de medicina FAMED-UFAL; os que praticam a avaliação tradicional; os que promovem uma avaliação criterial, baseada em objetivos de aprendizagem, e os que investem em uma avaliação diagnóstica, embasada em práticas formativas.

É possível inferir que a maioria dos docentes repete o modelo com o qual foi educado, classificador ou criterial, sem questionamento, naturalizando processos sócio-históricos, como um destino. Aqueles que tentam escapar desse modelo castrador sofrem com a angústia gerada pela avaliação inadequada; pela contradição interna entre o que sabem fazer e o que deveriam fazer; pelo conflito externo, uma vez que o PPC da unidade traz uma proposta emancipatória, mas a IES, influenciada pelo SINAES, valoriza cada vez mais o componente regulador da avaliação; e clamam por um auxílio na condução desse árduo processo pedagógico.

Mudanças de paradigmas são percebidas em alguns discursos, com docentes refletindo sobre o seu fazer pedagógico, buscando atualização e aperfeiçoamento, inserindo práticas promotoras de uma relação dialógica, abrindo espaço para que o discente exerça um papel ativo em sua formação.

As primeiras sementes foram plantadas com as mudanças propostas pelo novo PPC da instituição, mas ainda há muito a avançar, principalmente no que concerne à visão crítica da educação e mais precisamente da avaliação, como um ato político, atrelado aos interesses sócio-econômicos, e capaz de modelar o estudante no sentido da submissão ou da emancipação.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: Regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BORGES, M. C. et al. **Avaliação formativa e feedback como ferramenta de aprendizado na formação de profissionais da saúde**. Rev. da Fac. Med. de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 19 de junho de 2014. 47 (3): p. 324-31.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 1.133/2001, de 07 de agosto de 2001. **Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em enfermagem, medicina e nutrição**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 de outubro 2001.

BRASIL. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola: educação para o trabalho no capitalismo**. (T. T. Silva, trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1989.

EPSTEIN, R. M. **Assessment in medical education**. N Engl J Med. n. 356, p. 387-96, janeiro, 2007.

HAYES, T. S.; HULT, H.; DAHLGREN, M. A. **A phenomenographic approach to research in medical education.** Medical education. 2013, 47: p. 261-270.

LOPES, A. L. S. V. **Autonomia no trabalho na perspectiva de um grupo de profissionais especializados: um estudo fenomenográfico.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico.** São Paulo, SP: Cortez, 1978.

SEIFFERT, O. M. L. B.; ABDALLA I. G. **Avaliação educacional na formação docente para o ensino superior em saúde.** In: BATISTA, N. A.; BATISTA, S. H. Docência em saúde: temas e experiências. 1 ed. São Paulo: Senac, 2004, p. 169-185.

SOBRINHO, J. D. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior.** São Paulo: Cortez, 2003.

TYLER, R. W. **Princípios básicos de currículo e ensino.** (L. Vallandro, trad.). Porto Alegre, RS: Globo, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Projeto Pedagógico do Curso de Medicina. Maceió, 2013.

SOBRE O ORGANIZADOR

BENEDITO RODRIGUES DA SILVA NETO Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2005), com especialização na modalidade médica em Análises Clínicas e Microbiologia. Em 2006 se especializou em Educação no Instituto Araguaia de Pós graduação Pesquisa e Extensão. Obteve seu Mestrado em Biologia Celular e Molecular pelo Instituto de Ciências Biológicas (2009) e o Doutorado em Medicina Tropical e Saúde Pública pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (2013) da Universidade Federal de Goiás. Pós-Doutorado em Genética Molecular com concentração em Proteômica e Bioinformática. Também possui seu segundo Pós doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Aplicadas a Produtos para a Saúde da Universidade Estadual de Goiás (2015), trabalhando com Análise Global da Genômica Funcional e aperfeiçoamento no Institute of Transfusion Medicine at the Hospital Universitätsklinikum Essen, Germany. Palestrante internacional nas áreas de inovações em saúde com experiência nas áreas de Microbiologia, Micologia Médica, Biotecnologia aplicada a Genômica, Engenharia Genética e Proteômica, Bioinformática Funcional, Biologia Molecular, Genética de microrganismos. É Sócio fundador da “Sociedade Brasileira de Ciências aplicadas à Saúde” (SBCSaúde) onde exerce o cargo de Diretor Executivo, e idealizador do projeto “Congresso Nacional Multidisciplinar da Saúde” (CoNMSaúde) realizado anualmente no centro-oeste do país. Atua como Pesquisador consultor da Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG. Coordenador do curso de Especialização em Medicina Genômica e do curso de Biotecnologia e Inovações em Saúde no Instituto Nacional de Cursos. Como pesquisador, ligado ao Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública da Universidade Federal de Goiás (IPTSP-UFG), o autor tem se dedicado à medicina tropical desenvolvendo estudos na área da micologia médica com publicações relevantes em periódicos nacionais e internacionais.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-403-0

